



Brasília, 30 de julho de 2014.

Plantão: Almiram, Rildo e Sônia Baldez.

DN em Bsb: Paulo Henrique, Rolando e Rogério.

Errata ID JUL-05, Onde se lê Pelo MNNP, leia-se Reunião CIST-CNS: Valéria.

INFORME NACIONAL

PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA - CONVOCATÓRIA

A DN-FASUBRA convoca suas entidades filiadas para a próxima Plenária Nacional, a realizar-se nos dias **15, 16 e 17** de agosto, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI (Conjunto A - Edifício Sede CNTI - Via W3 Norte - Asa Norte, Brasília - DF),
Telefone: (61) 3448-9900, com a seguinte pauta e programação:

Pauta:

- Balanço da greve e negociações;
- Convocação do CONFASUBRA;
- Prorrogação de mandato
- Filiações;
- Outros assuntos.

Programação

> 15 de agosto:

De 08 às 10h

- Credenciamento.

De 10 às 12h

- Orientações sobre o processo das consignatárias e Registro Sindical.

14h - Debate entre os candidatos à Presidência da República sobre o tema "Propostas para a Educação Superior pública no Brasil"

> 16 de agosto:

9h Informes de Base; Informe da Direção;

Análise de Conjuntura.

> 17 de agosto:

- Análise de Conjuntura;

- Deliberações.

INFORME DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Após informações de que algumas entidades estão com dificuldades na atualização como consignatárias, o que pode comprometer o repasse de mensalidades para a Federação, orientamos:

- **Observar com muita atenção as explicações das regras antes de enviar os formulários. Mesmo assim, pode haver interpretações equivocadas ou duvidosas, por parte dos analistas do MPOG.**
- **As Coordenações de Organização Sindical e Administração e Finanças se colocam a disposição na semana de 16 a 20 de junho, para auxiliar no que for necessário, na busca de sucesso do processo de cadastramento das entidades filiadas.**
- **Para a elucidação de dúvidas, haverá plantão em Brasília para contato e solução de problemas juntos aos órgãos competentes.**

INFORMES DAS REUNIÕES ENTRE FASUBRA E GOVERNO (MEC), PARA TRATAR DA PAUTA DA GREVE, OCORRIDAS EM 24 E 25/07/2014.

Presentes: Pela FASUBRA – Rogério Marzola, Paulo Henrique, Gibran, Rosângela, Fatinha, Vanda e Darci.

Pelo Governo: Paulo Speller

Inicialmente foi feita a discussão da ata da reunião anterior. Na sequência passamos ao debate dos itens da pauta tratando dos seguintes temas: EBSEH, Terceirização, Carreira (piso-step) e Creches.

EBSEH

A representação da FASUBRA reforçou o posicionamento contrário à implementação da EBSEH (Empresa de Serviços Hospitalares), ao tempo em que reafirma sua disposição de continuar na luta pela revogação da lei que cria a Empresa. Apresentou na oportunidade, questionamentos em relação à pressão sofrida pelas IFE que não aderiram a EBSEH. Citou, como exemplo, relatos de ameaças de restrições orçamentárias e de contratação de pessoal para os HU e o remanejamento de trabalhadores da área de saúde para o SIAS, que é um órgão do MPOG, desviando assim os trabalhadores para essa atividade que não é exclusiva das IFE, já que o SIAS atende toda a demanda do Serviço Público Federal na região de implantação.

O Secretário Speller reafirmou o posicionamento do governo em relação à EBSEH e garantiu que o MEC não faz pressão para a adesão respeitando a autonomia universitária. Informou que os recursos orçamentários dos HU não foram alterados em decorrência da não adesão e que a reposição, limitada às vagas por aposentadorias e/ou evasões estão sendo feitas sem nenhuma restrição, e que a diferenciação é somente para abertura de novas vagas, que não serão liberadas para os HU. Em relação ao SIAS se comprometeu a apurar a demanda internamente e dar retorno na reunião do dia 25/07.

Terceirização

O governo iniciou sua fala reforçando que não houve alteração na posição do governo em relação à terceirização.

A representação da FASUBRA respondeu que tem convicção de que essa é uma política de Estado e que é uma demanda histórica da categoria que precisa ser discutida com o governo. Denunciou as mazelas da terceirização no interior das Universidades, a incoerência dos gastos, uma vez que é mais que comprovado que esse tipo de contratação onera ainda mais o orçamento das universidades que estão sendo penalizadas subsidiariamente por descumprimento de direitos constitucionais dos trabalhadores no âmbito das IFE.

A representação da Federação apresentou dados contraditórios por dentro do governo como a meta 12 do PNE que estipula ampliar significativamente o acesso ao ensino superior, mas não revê a política de estagnação da força de trabalho nas instituições com abertura de novas vagas, bem como a revisão de cargos terceirizados. Apontou, ainda, que, da mesma forma que o governo não terceiriza áreas que considera estratégicas, citando, como exemplo, a segurança do Banco Central, nas IFE diversas atividades se enquadram nessas especificadas como a segurança e setor de tecnologia da informação, e que produção de pesquisa das IFE é tão importante ou mais que os cofres do Banco Central. A representação da FASUBRA cobrou o cumprimento do que determina o artigo 25 do PCCTAE, que nunca foi cumprido, uma vez que apesar de haver portaria de nomeação da comissão para discutir terceirização e cargos extintos, a comissão nunca foi empossada e/ou convocada.

O MEC alegou que algumas de nossas demandas não são novas para o governo e que estaria disposto a fazer essa discussão. Comprometeu-se a dar cumprimento ao artigo 25 do plano de carreira efetivando a referida comissão e solicitou um estudo da FASUBRA sobre essa política por dentro das IFE.

CARREIRA (piso-step)

Antes do início do tema específico (piso e step) a FASUBRA apresentou a inclusão de mais duas áreas para debate imediato em relação à racionalização, além da área administrativa discutida na reunião anterior, a área de laboratórios e tecnologia da informação. O governo avaliará internamente a possibilidade de inclusão no documento a ser fechado pela mesa de negociação.

Em seguida a representação da FASUBRA fez o histórico da luta por revisão do piso e step e da necessidade do estabelecimento de uma política de revisão anual desses dois importantes elementos da carreira. Por sua vez o governo sugere que esse tema seja incluído, com outros que tratam da revisão da legislação e aperfeiçoamento da carreira pela Comissão Nacional de Supervisão – CNS, para propor o que ele chamou de reavaliação da lei 11091. A FASUBRA argumentou que em seu entendimento esta demanda de revisão de piso/step não é função da CNS, uma vez que não tem autonomia para deliberar. O Secretário então ficou de discutir internamente o encaminhamento a ser dado sobre esse tema. A FASUBRA propôs a criação de dispositivo para revisão da política de piso e step, anualmente, no mês de abril.

CRECHES

Trata-se de uma demanda eminente diante da renovação da base da categoria e da ausência de uma política de creche para os trabalhadores das Universidades. A democratização do acesso a Educação Infantil não garante as vagas para os trabalhadores e o governo não cumpre seu papel constitucional de garantir condições desses trabalhadores agravado para o fato da desatualização do valor da assistência pré-escolar que nas IFE não passa de 90 reais.

A FASUBRA destacou que o governo precisa apresentar uma saída para esse problema prático da falta de assistência aos trabalhadores com filhos em idade pré-escolar, uma obrigação do Estado que está sendo descumprida. O governo entendeu que a demanda precisa de uma resposta que passa talvez pela mesa nacional quando entende que a saída é reajustes dos valores do auxílio pré-escolar.

Finalizado esta etapa do processo, buscou-se fechar um documento da mesa de negociação com especificações dos pontos discutidos com os encaminhamentos individuais de cada demanda. Esse documento será encaminhado ao Ministro da Educação que irá formalizar a resposta do que será implementado até o dia 05/08/14 em uma reunião com a resposta oficial do governo sobre a pauta da categoria.

Cumprindo com a parte que cabia à Federação, foram protocolados os documentos da FASUBRA referentes à negociação, sendo a proposta de alteração da legislação referente a aspectos como o reposicionamento dos aposentados, racionalização de cargos, democratização e abertura de prazos para adesão ao PCCTAE. Em relação à questão do reconhecimento dos cursos de capacitação dos aposentados o governo entende que é possível uma tentativa de construção por orientação normativa e caso não se avance juridicamente dessa forma iriam propor o encaminhamento de alteração da lei.

Foi discutido também sobre a negociação da suspensão da ação de criminalização da greve onde o governo reafirmou a proposta discutida na primeira reunião com a FASUBRA de acordo entre as partes para suspensão da ação. O MEC fez o comprometimento de que tão logo a FASUBRA e SINASEFE definissem a petição da suspensão de marcar uma reunião entre nossas assessorias e o CONJUR do Governo para viabilizar a suspensão judicialmente.

Após a apresentação das propostas protocoladas foram repassados os pontos que carecem de retorno do governo. O cumprimento do artigo 25 da 11091/05 que trata da terceirização e extinção de cargos, além da formalização dos questionamentos da FASUBRA em relação à EBSERH e 30 horas.

Em seguida foi feita a revisão detalhada da pauta de reivindicações protocolada em 17 de fevereiro. A representação da FASUBRA confirmou com o governo que a proposta apresentada através do ofício 56/2014-GAB/SESu/MEC em 14 de março de 2014 já estaria tacitamente aprovada e não carecia de confirmação com o Ministro já que foi formalizada oficialmente com alguns pontos com acordo e encaminhamentos. O Secretário confirmou o entendimento e a partir daí passou-se ao detalhamento ponto a ponto da pauta de negociação para registro dos encaminhamentos aos pontos já acatados no ofício de 14 de março de 2014 e os que ainda aguardam retorno do MEC.

- Aprimoramento da carreira - piso e step (em base ao acúmulo histórico da categoria já deliberado, o detalhamento será apresentado pela direção nacional às assembleias:

A FASUBRA formalizou a proposta de ajustes no piso e no step para a SESu que irá apresentar retorno no dia 05/08 após aval do Ministro da Educação.

- Extensão do art. 30 da lei 12772 /12:

Acordados com o governo na proposta de 14 de março, faltando formalização da alteração na legislação para implementação.

- Ascensão funcional

Não houve avanço na discussão com o governo.

- Cumprimento integral do acordo da greve de 2012, reconhecendo os certificados de capacitação que os aposentados já possuíam quando da constituição da carreira:

A FASUBRA apresentou uma proposta a fim de normatizar a questão pelo MEC, ficando a SESu de confirmar com o jurídico a possibilidade desse instrumento para tal correção ou alteração na lei.

- Cronograma com resolutividade para a negociação dos relatórios de todos GTs

Os relatórios dos GTs já foram encaminhados para a manifestação do MPOG, além disso, a FASUBRA apresentou propostas de alteração da legislação para correção dos cargos consensuados com o governo e alteração da legislação referente. Também foi proposto alteração da lei referente ao reposicionamento dos aposentados, bem como alteração da legislação garantindo a paridade nas eleições institucionais. A representação da FASUBRA cobrou que o governo encaminhasse as alterações em forma de MP para dar mais agilidade ao processo negocial.

Reconhecimento dos cursos de mestrados e doutorados fora do país:

Acordados com o governo na proposta de 14 de março, faltando formalização da alteração na legislação para implementação.

- Aproveitamento de disciplinas da pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) para pleitear incentivo a capacitação:

Acordado com o governo na proposta de 14 de março, faltando formalização da alteração na legislação para implementação.

- Turnos contínuos, com jornada de trabalho de 30 horas, sem redução salarial para manter a universidade aberta nos três turnos:

Não houve acordo em relação à proposta da FASUBRA de que o MEC intervenha diretamente sobre essa negociação, pois o governo ficou de conversar com a ANDIFES sobre o assunto, mas houve o comprometimento de responder oficialmente aos questionamentos da FASUBRA em relação à autonomia universitária para negociações internas da demanda.

- Revogação das ONs (Orientações Normativas), que tratam da contagem do tempo especial convertido em tempo comum (insalubridade, periculosidade, penosidade):

A FASUBRA apresentou uma proposta a fim de resolver a questão, ficando aguardando uma definição do governo sobre a questão.

- Revogação da Lei de criação da EBSERH; Abertura de concurso público pelo RJU e pela aprovação da ADIN:

Governo reforçou sua posição em relação à EBSERH, mas se prontificou a formalizar respostas aos questionamentos da FASUBRA sobre financiamento e reposição de vagas nos HU das IFE que não aderiram à Empresa.

- Não a perseguição e criminalização da luta! Democratização já:

Foi reafirmada a posição do governo de desistência da ação e ficou encaminhada nova reunião com a CONJUR do MEC a fim de acertar um encaminhamento entre as partes de suspensão da ação do STJ.

- Liberação de dirigentes sindicais para o exercício de mandato classista:

Foi relatada a questão do veto da presidente que segundo o governo é uma discussão mais ampla por dentro do governo. Em relação aos problemas emergenciais das bases da categoria com liberação de dirigentes. A SESu reforçou a disposição de intermediar os conflitos que forem demandados pelas entidades juntamente com os dirigentes das instituições para garantir uma relação política com bom senso entre as partes.

- Construção e reestruturação das creches nas universidades para os seus trabalhadores sem municipalização:

A FASUBRA apresentou a demanda emergente de garantia de educação infantil aos filhos dos trabalhadores (as) das IFE e reforçou a necessidade do governo resolver a questão deste direito que não está sendo garantido. O governo se comprometeu em discutir internamente e retornar com o encaminhamento.

Após esse ponto foi confirmada a reunião no dia 05/08/14 para resposta oficial do governo aos pontos pendentes de discussão interna, bem como a formalização dos encaminhamentos às propostas que já foram acatadas no ofício de 14 de março de 2014.

NOTÍCIAS

Centrais divulgam nota condenando genocídio de Israel na Faixa de Gaza

Na nota divulgada para imprensa na última sexta-feira (25), as centrais sindicais afirmam que são "Solidários à luta do povo palestino pela sua autodeterminação e independência, conclamamos à comunidade internacional a adoção de medidas efetivas no sentido de garantir a retomada das negociações entre Israel e a Autoridade Palestina para, com base no princípio de dois povos, dois Estados, assegurar uma paz justa e duradoura na região."

Ainda na nota que é assinada pelos presidentes das centrais, as entidades exigem o "imediato cessar-fogo" e pedem a "retirada das tropas da Faixa de Gaza como forma, inclusive, de possibilitar atendimento humanitário à população civil."

Leia abaixo a íntegra da nota:

Nota oficial das centrais sindicais

O mundo assiste, aterrorizado, mais uma onda de violência perpetrada pelo Estado de Israel contra a população palestina da Faixa de Gaza. Os bombardeios e a invasão terrestre pelas forças armadas de Israel já resultaram em centenas de mortes civis – fundamentalmente crianças e mulheres indefesas – e a destruição da já precária infraestrutura urbana de Gaza, onde vivem mais de 1,7 milhão de palestinos.

Fica cada dia mais evidente que a ação do Estado de Israel visa, antes de tudo, inviabilizar a unidade nacional e a construção do Estado da Palestina, reivindicação apoiada pela esmagadora maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas e pelas forças democráticas e amantes da paz de todo o mundo.

Frente aos horrores ocasionados pela ofensiva israelense, as centrais sindicais brasileiras que assinam a presente nota condenam duramente mais esta agressão contra o povo palestino, e exigem um imediato cessar-fogo e a retirada das tropas da Faixa de Gaza como forma, inclusive, de possibilitar atendimento humanitário à população civil.

Solidários à luta do povo palestino pela sua autodeterminação e independência, conclamamos à comunidade internacional a adoção de medidas efetivas no sentido de garantir a retomada das negociações entre Israel e a Autoridade Palestina para, com base no princípio de dois povos, dois Estados, assegurar uma paz justa e duradoura na região.

Vagner Freitas

Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Miguel Torres

Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah

Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Adilson Araújo

Presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

José Calixto Ramos

Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2014

AGOSTO

5	Reunião FASUBRA/MEC
6 e 7	Reunião Ordinária CNS
7	Reuniões com as Comissões FNE e FEE (manhã); Reuniões do Pleno (tarde)
8	Encontro do FNE com os Coordenadores dos FEE
12 e 14	Reunião da DN
15 a 17	Plenária Nacional Estatutária
20 e 21	147ª. RO - CIRH

SETEMBRO

08 a 13	XXIII Seminário Nacional de Segurança das IPES - UFRN
10 e 11	Reunião Ordinária CNS
24 e 25	148ª. RO - CIRH

OUTUBRO

8 e 9	Reunião Ordinária CNS
22 e 23	149ª. RO - CIRH

NOVEMBRO

5 e 6	Reunião Ordinária CNS
19 a 23	CONAE
26 e 27	150ª. RO - CIRH

DEZEMBRO

10 e 11	Reunião Ordinária CNS
11 e 12	1º dia da CIRH concomitante com 2º dia do pleno do CNS.

UnB – Pavilhão Múltiplo Uso 1 – Bloco C – Sala C.1-56/2 – CEP 70.904-970 – Cx. Postal 04539 –
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte - Brasília –DF
Fones: +55 (61) 3349-9151 – FAX: +55 (61) 3349-1571
E-mail: fasubra@fasubra.org.br Portal: www.fasubra.org.br

